



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL REJANE DIAS

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 05/2014

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 10/03/2014

1º Secretário

Institui o Programa “Mulher na Política”, dispondo sobre medidas de incentivo à participação feminina na política e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o “Programa Estadual Mulher na Política”, com a finalidade de incentivar a participação feminina na atividade política.

Art. 2º - O “Programa Mulher na Política” terá as seguintes ações principais, sem exclusão de outras, pertinentes ao seu objetivo:

I – conscientização das mulheres sobre a importância de sua participação na política e no processo eleitoral;

II – elaboração e distribuição de material informativo sobre os meios de participação na atividade política, os procedimentos para filiação em partido político e demais informações essenciais a respeito do tema;

III – incentivar as mulheres a filiarem-se a partido político com o qual tenham afinidade ideológica e a concorrerem a cargos eletivos;

IV – viabilizar a realização de palestras, seminários e cursos sobre capacitação e participação das mulheres na política;

V – incentivar as jovens entre 16 e 18 anos ao alistamento eleitoral.

Art. 3º - Com o intuito de viabilizar as ações e objetivos previstos nesta Lei, o Estado, através do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, poderá realizar parcerias com outras entidades e órgãos públicos, com organizações da sociedade simples, fundações de direito público ou privado e instituições de ensino.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 10 de Março de 2014.

REJANE DIAS

DEPUTADA ESTADUAL DO PT



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL REJANE DIAS

JUSTIFICATIVA

Apesar das conquistas alcançadas, as mulheres continuam discriminadas no trabalho e na vida, sendo vítimas de violência e especialmente, cerceadas ao exercício de postos nas instâncias de decisão e poder.

O universo feminino, tanto no executivo quanto no legislativo reflete o baixo nível de participação política das mulheres no Brasil. Segundo a União Interparlamentar, uma organização internacional que se alia aos esforços das Nações Unidas para a promoção da paz e o fortalecimento das instituições representativas, mesmo “quarenta anos depois da adoção da Convenção dos Direitos da Mulher e apesar dos progressos inegáveis, a vida política e parlamentar continua dominada pelos homens em todos os países”.

A mulher ainda não se vê envolvida no exercício do poder. Tanto é que, foi necessário que o Congresso Nacional estabelecesse a exigência de uma lei, esta de 2009, com a cota de gênero, que não fala em mulheres e homens, fala em gênero; com um mínimo de gênero de 30% e o máximo de 70% de outro gênero. Porém, seja nas eleições de 2010, seja nas eleições de 2012, o percentual ficou no limite mínimo legal de 30% com nomes de mulheres. Verificado o resultado das eleições de 2012, o número de mulheres eleitas fica em torno de 13%. Os números demonstram que a mulher ainda não está participando efetivamente do processo eleitoral numa proporção devida.

Neste sentido, falta muito para que o conceito de democracia tenha significado verdadeiro, porque as políticas e a legislação são decididas majoritariamente por homens. Assim, precisamos de proposições e ações que promovam a igualdade de oportunidades e de tratamento nas organizações públicas e privadas, com o desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional das instituições.

O presente indicativo visa, portanto, o desenvolvimento de ações que possibilitem disseminar informações para a participação da mulher na vida política e no processo eleitoral, bem como, atividades que promovam a consciência política, o respeito ao princípio da igualdade nos partidos políticos, a presença mais efetiva nas eleições, a divisão e o compartilhamento de responsabilidades políticas.

Sendo uma realidade a introdução de cotas de participação das mulheres nas eleições, confio na apreciação dos meus pares, na certeza de que a Assembleia Legislativa saberá reconhecer a importância de ações afirmativas necessárias diante dos obstáculos a serem superados. Neste contexto, propomos a instituição do “Programa Mulher na Política”, indicando ações para incentivar uma maior participação feminina na política e no processo eleitoral do Estado Democrático de Direito, e, em especial no Estado do Piauí.

Sala de Sessões, 10 de Março de 2014.



REJANE DIAS

DEPUTADA ESTADUAL DO PT